

Introdução

China is one of the countries with the longest history of the activities of interpretation and translation, which can be traced back to the time of remote antiquity.
(Yang, 1992, p.1)

A tradução tem uma longa história na China. Entretanto, essa história, de acordo com minha pesquisa, é pouquíssimo conhecida entre os estudiosos da tradução no Ocidente, o que constitui uma das razões pelas quais optei por tê-la como campo desta dissertação.

Em minha investigação bibliográfica encontrei um único texto — “Chinese and Western Thinking on Translation” (1998) — de autor ocidental da área, André Lefevere, que faz uma comparação entre as tradições chinesa e ocidental fundamentada na tese de doutorado de um aluno (Yan Yang, 1992). Esse texto de Lefevere, todavia, é um estudo preliminar, publicado postumamente por Susan Bassnett e considerado por ela própria como um rascunho inicial e superficial.

Apesar de este trabalho estar sendo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Letras e procurar seguir o mais fielmente possível os padrões acadêmicos, acredito ser necessário explicitar que não sou da academia, já que me graduei em 1975 e desde então venho me dedicando ao estudo da filosofia budista fora da universidade, tendo reingressado na vida acadêmica em 2007, na PUC-Rio, através do mestrado na área de Estudos da Linguagem, mais especificamente nos Estudos da Tradução.

Além disso, creio ser importante salientar que este trabalho investiga um tema muito pouco conhecido no Ocidente, por isso calcado em textos de autores chineses ou descendentes de chineses em sua quase totalidade. Esses autores, em geral também desconhecidos por nós, basearam-se por sua vez em pesquisas de outros autores, de outras épocas, caracterizando assim este estudo como uma pesquisa totalmente calcada em fontes indiretas.

Por esse motivo optei por manter as citações desta dissertação na língua inglesa, língua original dos textos por mim pesquisados, com o intuito de preservar ao máximo o pensamento dos autores, já que minha tradução desses

textos do inglês para o português seria, a meu ver, mais uma desnecessária interferência na história das traduções budistas na China, história essa, como veremos claramente ao longo de toda a dissertação, já repleta de fontes indiretas, de uma imensurável complexidade e de um enorme distanciamento temporal.

Tenho a clareza de que poderia ter escolhido outros autores, selecionado outros textos e até mesmo seguido vários outros caminhos nesse meu passeio pela história da tradução na China. Ao longo desse percurso tive que, muitas vezes, fazer atalhos, desviar de questões que talvez fossem até muito importantes, evitar detalhes e aprofundamentos talvez essenciais, e incluir indicações de semelhanças e contrastes com a história da tradução no Ocidente, nem sempre previstos desde o início da pesquisa. Em suma, esta dissertação caracteriza-se como apenas um dos inúmeros e possíveis olhares para a história da tradução budista na China.

Devido talvez à longa distância geográfica e a seu “antigo fechamento” para as culturas estrangeiras, a história da China ainda hoje é muito pouco conhecida no Ocidente — o que dizer da história de sua tradução? No sentido de contribuir um pouco para alterar tal situação, apresentarei neste trabalho um pouco dessa história, destacando a fase inicial do movimento tradutório na China, o qual consistiu na chegada da filosofia budista no país.

Translation studies must strive for more flexible perspectives, and the thinking of non-Western peoples is essential in achieving broader and more applicable theories about translation [...] One way to enlarge thinking about translation is to move beyond Eurocentric tradition, opening translation studies to other cultures' views of transmission, representation and transculturation. (Tymoczko, 2006, p.13)

Segundo Maria Tymoczko (2006), há nos estudos da tradução a necessidade de uma compreensão mais profunda e flexível da tradução; e o pensamento não ocidental a respeito dessa atividade humana tão central é essencial na conquista de teorias da tradução mais abrangentes (p.14).

Nos dias de hoje, época em que nos deparamos com uma ampla difusão das ideias ocidentais em todo o mundo e com a globalizada interpenetração das culturas de um modo geral, o uso dos termos “ocidental” e “oriental” pode se tornar problemático. Decorre daí a necessidade de repensarmos alguns conceitos como Ocidente, Oriente, tradução, tradutor, fechamento chinês e tantos outros conceitos antigos que parecem estar enraizados de uma determinada maneira na

mente ocidental, mas que veem sofrendo grandes transformações nos últimos anos.

Assim, é importante ressaltar que quando faço referência a ideias e perspectivas ocidentais neste trabalho, penso em ideias e perspectivas que se originaram e desenvolveram na Europa e que se espalharam desde então para várias outras partes do que tradicionalmente se considera Ocidente, como, por exemplo, os Estados Unidos da América e o Brasil, nos quais elas também prevalecem. Além do mais, devemos estar atentos quando autores chineses, não raro, se referem ao Ocidente como sendo a Índia, por ela estar a oeste da China.

Do mesmo modo, o que denomino “China”, é preciso que fique bem claro, não possui uma identidade homogênea, mas refere-se a um multifacetado conjunto de diversas línguas, povos, etnias e pensamentos filosóficos que representa uma das mais antigas civilizações do mundo e que ostenta uma história muito rica e uma cultura infinitamente complexa. É claro que essa heterogeneidade étnica, social, lingüística etc. não é uma exclusividade da cultura chinesa; porém, como veremos ao longo deste estudo, a heterogeneidade da identidade chinesa parece ser marcada por uma complexidade dificilmente equiparável.

Será sempre muito difícil, para nós, ocidentais, compreendermos em toda a sua extensão a cultura e mentalidade chinesas. Assim, é preciso admitir que, em meio a perspectivas tão distintas, o objetivo desta dissertação limita-se a empreender um primeiro contacto com esse Outro desconhecido, a China, reconhecendo desde logo a sua grande complexidade e a sua inevitável simplificação no presente trabalho.

Faço minhas as palavras de Cheung (2001):

To me, “Chinese” is a word with floating meaning; it is a levitational word, so to speak. I am certainly not using it to refer to a single, homogeneous, monolithic entity. I am not even using it simply as an indicator of a certain ethnic origin. Rather I am allowing myself a certain measure of strategic flexibility when I use it, especially with reference to my translation project. (Martha P.Y. Cheung, 2001, s.p.)

Veremos ao longo de todo este estudo que a história da China está dividida em períodos. Desde a China Antiga (c. 12.000-221 a.C.) até o fim da China Imperial (1911), a complicada história chinesa é sempre dividida em numerosos

períodos, referentes às suas dinastias, e a história da tradução não foge a essa regra. Durante minha pesquisa, pude constatar que as datas de começo e término de tais períodos históricos não raro variam de autor para autor em alguns anos, às vezes em até muitos anos, mas nada que possa comprometer o entendimento dos aspectos mais relevantes da história chinesa. Gostaria assim de destacar que, a fim de facilitar a compreensão de meu leitor, foram anexadas ao final desta dissertação duas tabelas das dinastias chinesas, uma em inglês e outra em português, as quais nortearam toda a minha pesquisa.

Ainda é fundamental compreendermos que o que denomino “tradução” não consiste muitas vezes neste trabalho, naquilo em que hoje se costuma entender por esse termo, ou seja, a reescrita, em uma língua de chegada, de um texto originalmente escrito em outra língua. O que pude constatar é que as primeiras transmissões dos ensinamentos budistas na China nem sempre envolveram um texto *escrito*.

Os estudiosos chineses em que me baseei algumas vezes usam o termo “tradução” em referência à escrita, e não à reescrita, das primeiras escrituras sagradas. Como veremos neste estudo, os ensinamentos de Buda, no início de sua transmissão na China (meados do século II), estavam por vezes registrados apenas nas memórias dos monges estrangeiros; estes os transmitiam oralmente aos chineses, que, só a partir de então, os registravam por escrito na língua chinesa — *“when the Buddhist scriptures were first translated into Chinese, there were hardly any written texts available [...] this medium of transmitting the scriptures was inseparably bound up with what I have called the interpreting situation”* (Lefevere 1998, p.21).

A ressalva aplica-se também, e necessariamente, à noção de tradutor, que, no contexto aqui em questão, é muitas vezes a denominação dada a monges estrangeiros *monolíngues* que, apesar de não possuírem o conhecimento da língua de chegada, eram considerados os tradutores.

A amplitude do campo de estudo escolhido tornou necessário fazer um recorte do qual resulta o objeto desta dissertação: a tradução das escrituras budistas na China entre os séculos II e XI. Pretendo trazer algumas visões, reflexões, afirmações e discussões que foram desenvolvidas nesse país em torno das primeiras traduções dos sutras budistas (termo que se refere em geral às escrituras canônicas, tratadas como registros dos ensinamentos orais de Buda

Gautama) consideradas a primeira grande onda tradutória da China. Nesse período de quase mil anos, os tradutores budistas levantaram importantes questões e tocaram em inúmeros aspectos e problemas da tradução, ainda relevantes nos dias de hoje (Liu Jingguo, 2006, p.206).

O fato de as traduções das escrituras budistas constituírem um dos maiores acontecimentos tradutórios chineses está totalmente vinculado à relevância do Budismo na China, para onde essa doutrina se expandiu com muita força. Até hoje, muitos aspectos da cultura e da vida chinesas — literatura, arte, filosofia, escultura, música, para citar apenas alguns — ainda são permeados pela filosofia budista.

Ao longo desta dissertação discutiremos a importância do Budismo na construção cultural da China. Talvez possamos constatar que, diferentemente do que descreveu Lefevere em seu estudo preliminar, não houve apenas uma “aculturação” das concepções budistas indianas pela filosofia taoísta chinesa; houve também uma forte assimilação do Budismo pela cultura chinesa — o próprio surgimento de um Budismo Chinês confirma o movimento ideológico-cultural de mão dupla. Veremos que através das traduções a China tornou-se budista e surgiu um Budismo Chinês. Não podemos esquecer que estamos nos referindo a um rascunho de Lefevere, cuja superficialidade precisa sempre ser lembrada aqui. Se tivesse tido tempo de levar adiante essa pesquisa, o estudioso provavelmente teria concluído que o Budismo “aculturou a China” assim como a China “aculturou o Budismo”.

A tradução da literatura budista do sânscrito e do páli (uma forma simplificada do primeiro) para o que chamaremos aqui de língua chinesa ou chinês foi um empreendimento formidável, dado o volume e a complexidade dos clássicos budistas (Wang Kefei e Shouyi Fan, 1999, p.9). A rigor, a história da tradução budista na China é um dos capítulos centrais da história da construção cultural chinesa, uma história de encontros, confrontos, assimilação e mistura de duas culturas, ou melhor, de duas civilizações imensamente diferentes, mas igualmente muito antigas e extremamente complexas: a da Índia e a da China.

No que diz respeito a meu interesse pelo objeto do presente trabalho, permito-me acrescentar que ele envolve um também longo percurso em minha história pessoal de vida. Não me sinto no direito de me definir budista, mas ao longo de muitas décadas essa filosofia oriental vem permeando meu pensamento,

minhas atitudes e meu trabalho de professora de línguas e de tradutora de textos budistas tibetanos. Minha pesquisa em um primeiro momento não pretendia investigar a tradução *chinesa* das escrituras budistas, mas sim a tradução *tibetana* dessas escrituras (tradução iniciada no Tibete no século VIII), no intuito de verificar se tais traduções eram consideradas textos religiosos, filosóficos ou literários, e se viriam ocupando o mesmo lugar sistêmico ao longo do tempo. Desde cedo me interessei pela história do Tibete e esse sempre foi meu foco de pesquisa e de prática: o Budismo Tibetano. Assim como na China, o Budismo chegou ao Tibete e ao longo dos séculos se transformou no Budismo Tibetano.

Entretanto, após algumas leituras e pesquisas, tornou-se necessário buscar o começo da história, voltar mais atrás no tempo, a fim de compreender a composição das volumosas escrituras budistas que haviam sido oralmente transmitidas por Buda Gautama (c.583-483 a.C.), na região que hoje conhecemos como Índia. Registros históricos indicam que depois de sua morte seus ensinamentos permaneceram na Índia por muitos séculos e somente algum tempo depois foram oralmente transmitidos por monges budistas nos mais diversos países. Minha pesquisa logo revelou que a China foi um dos primeiros países a receber os monges budistas indianos, por volta do século II. Assim começou o longo processo tradutório dos sutras budistas do sânscrito para a língua chinesa. E assim começou meu interesse pelo processo tradutório chinês.

Foi então a partir dessa constatação, somada ao contato com o mencionado texto de Lefevere, que meu estudo voltou-se para a milenar tradição tradutória chinesa, em termos de suas práticas e de suas discussões teóricas.

Cabe deixar claro que, consciente de que não existe uma realidade em si a ser relatada, não tenho a ilusão de fazer aqui, neste trabalho historiográfico, uma narração isenta ou objetiva dos fatos passados na história da tradução na China. Como escreveu Marcia Martins, a forma atual de se pensar a história parte,

[e]m termos epistemológicos, do princípio de que não há como separar o sujeito do objeto, ou seja, nenhum observador tem condição de se distanciar do fenômeno observado, de ver qualquer coisa “de fora”, a partir de uma perspectiva neutra; na verdade, o que ocorre é uma profunda interação entre sujeito e objeto, inevitavelmente influenciada pelo sistema de valores do primeiro. (1996, p.40)

A seleção dos textos que viriam a constituir a base fundamental de meu trabalho foi por mim empreendida imediatamente após a escolha do objeto de

estudo, a tradução chinesa das escrituras budistas. Logo foi lembrada a *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, cuja segunda parte consiste em verbetes dedicados às tradições tradutórias de diversos países. No verbete específico da tradição chinesa, escrito por Eva Hung, estudiosa chinesa da Universidade de Hong Kong, e por David Pollard, encontrei importantes informações sobre a língua chinesa e uma breve história das atividades tradutórias na China. Outra fonte que também foi logo lembrada foi o conhecido livro organizado por Jean Delisle e Judith Woodsworth, publicado em 1995 e traduzido no Brasil por Sergio Bath em 1998, *Os tradutores na história*. Neste último, pude constatar que a maioria das funções da tradução, incluindo a expansão da religião, a disseminação de conhecimento, a transmissão da cultura e a promoção da literatura nacional estavam presentes na história da tradução na China.

Constatada a escassez de publicações ocidentais sobre o tema, prossegui minha investigação bibliográfica na internet, na qual encontrei 90% das fontes deste trabalho. Embora uma grande parte dos textos encontrados *on line* esteja em chinês, há textos escritos nas línguas inglesa e francesa por teóricos e professores universitários chineses.

É preciso também repetir, agora com Hung (1999, p.2), que os estudos da história da tradução chinesa desenvolvem-se quase que exclusivamente a partir de fontes indiretas. Segundo a autora, isso acontece mais particularmente nas narrativas e discussões sobre as atividades tradutórias chinesas anteriores ao século XX. Veremos no decorrer deste trabalho que a compreensão das antigas atividades tradutórias exige dos estudiosos da tradução um amplo leque de conhecimentos especializados que dificilmente eles têm: o conhecimento do chinês clássico escrito, das histórias relacionadas às dinastias chinesas, das atividades missionárias, além dos complexos pensamentos confucionista, taoísta e budista.

Many translation scholars trained in foreign languages do not have the necessary command of the classical language nor the knowledge of classical texts to engage directly with primary sources. Reliance on existing work by scholars in other disciplines such as history, Chinese literature and Buddhism is thus to some degree unavoidable. (Hung, 1999 s.p.)

Para Hung (1999), essa dependência dos estudiosos chineses em fontes indiretas tem um preço. Muitas das narrativas se baseiam, segundo a teórica, em

informações que não tiveram a tradução como foco central e, a não ser que o pesquisador tenha tido extremo cuidado e possua um refinado conhecimento do contexto histórico e das complexas filosofias envolvidas, o problema tradutório poderá ter perdido a sua verdadeira proporção e assim desaparecer sob outros temas.

Uma vez admitida essa dificuldade, que vai muito além de minha inicial preocupação com o meu desconhecimento da língua chinesa, prossegui o levantamento bibliográfico. Acabei por escolher 19 textos de 17 autores chineses — professores associados a universidades chinesas, americanas e européias, de departamentos de estudos de línguas e literaturas estrangeiras e de estudos da tradução —, os quais apresentam um panorama da história da tradução na China, estando presente em praticamente todos eles a tradução dos textos budistas. À exceção da já mencionada tese de Yan Yang, orientando de Lefevere, que foi publicada em 1992, a grande maioria dos trabalhos por mim selecionados foram publicados entre 1998 e 2009. Alguns consistem em artigos ou capítulos de livros especializados em tradução, outros são trabalhos apresentados em congressos internacionais, e outros, ainda, estão publicados em revistas especializadas, em entrevistas de escritores na mídia, ou em bibliotecas e enciclopédias de universidades americanas e europeias *on line*.

Esta dissertação compõe-se de cinco capítulos. O primeiro consiste na presente introdução.

O segundo capítulo, “Três mil anos de tradução na China: as quatro (duas/cinco) ondas”, fará um relato das quatro tradicionais ondas de atividades tradutórias (mais a quinta), que marcaram a longa história da tradução chinesa, trazendo ainda outras posições mais recentes de estudiosos como Eva Hung (1999) e Lin Kenan (2002), que propõem uma reescrita da história da tradução chinesa em duas e cinco ondas respectivamente. Nesse segundo capítulo será feito apenas um vôo panorâmico sobre esses momentos tradutórios, a fim de propiciar uma visão geral da história da tradução na China e de contextualizar o principal objeto de investigação, isto é, a primeira grande onda, formada pelas traduções

das escrituras budistas, a qual será especificamente discutida nos capítulos três e quatro.

A proposta de Hung (1999) de estabelecer somente duas ondas decorre da reunião das três últimas em apenas uma, visto que todas elas, como alega a estudiosa, compreendem a tradução de conhecimentos ocidentais. Hung propõe uma história da tradução na China dividida em apenas duas ondas: “traduzindo o Budismo” e “traduzindo o Ocidente”. Apesar de compreender a proposta de Hung, optei por adotar neste trabalho a classificação tradicional das quatro ondas de tradução, atualizada com a quinta onda, ou seja, o momento atual de abertura da China do século XXI.

Kenan (2002) acredita que nos dias de hoje a China está experimentando a quinta onda de tradução, a qual teria tido início no final da década de 1970, quando a China lançou sua ambiciosa reforma de abertura para o mundo exterior. Essa quinta onda acredita a autora, seria a mais ampla delas por englobar muitos aspectos da vida social chinesa. Hoje em dia, livros de todos os tipos estão sendo traduzidos na China e Kenan acredita que se possa dizer sem exagero que essa atual onda tradutória equivale às quatro anteriores em termos de escala e de intensidade — *“It is simply unimaginable that during the last decades China could have become what it is today without translation” (p.168)*. A consolidação e ampliação da abertura chinesa posteriores ao trabalho de Kenan parecem reforçar a sua tese.

No terceiro capítulo, intitulado “A China encara o Outro pela primeira vez”, será feito um breve relato da China antes e depois do Budismo e será discutido o polêmico método de tradução chinês *geyi*, a noção de “tradutor cultural” e a importância da etnia do governante na tradução budista.

No quarto capítulo, “Os dizeres tradutórios na/sobre a primeira onda”, passarei do eixo do *fazer* tradutório para o do *dizer*, trazendo um pouco das ideias sobre a tradução que foram desenvolvidas por tradutores e teóricos ao longo de toda a primeira onda. Também trarei comentários contemporâneos sobre essa onda, em meio a possíveis contrastes e similaridades entre as duas tradições tradutórias, com base nos estudiosos chineses Zaixi Tan e Song Wei-hua e no teórico ocidental André Lefevere.

Finalmente, o quinto capítulo irá encerrar esta dissertação com possíveis conclusões e considerações gerais a respeito da tradução como assimilação.